

## **A informação científica e o seu Acesso Livre: que direção o Brasil está adotando?**

**Hélio Kuramoto**

Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação pela Université Lumière, Lyon 2, França. Professor Adjunto da Escola de Ciência da Informação da UFMG, Tecnologista Sênior HIII do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT).

### **Resumo**

O movimento Open Access - OA, também conhecido como movimento Acesso Livre, introduziu novas alternativas de acesso à informação científica aos pesquisadores. Em consequência, novas ferramentas de disseminação da produção científica foram inseridas, como repositórios digitais e as revistas científicas de acesso livre. Esse movimento teve seu início em 2001. Passado mais de uma década verifica-se, hoje, a existência de mais de 2600 repositórios digitais, em diversas partes do mundo. O Brasil participou desde o início dessa experiência, monitorando e desenvolvendo iniciativas similares. Atualmente, o país conta com 83 repositórios digitais, e cerca de mil revistas científicas de acesso livre. Este artigo analisa e discute a posição brasileira sobre o OA, no contexto mundial, baseada em conceitos que definem um repositório digital, um repositório institucional, um repositório temático e um repositório central. Faz a avaliação da participação dos Repositórios Institucionais - RI brasileiros no The Directory of Open Access Repositories - OpenDOAR, ilustrando os tipos de documentos registrados nos repositórios Digitais. Apresenta as iniciativas do OA e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, bem como o nível de evolução das mesmas. Debate as razões que vêm impedindo as bibliotecas universitárias de construir e manter os seus repositórios institucionais, assim como, a baixa adesão dos pesquisadores nessas iniciativas. Discute o estágio dos repositórios institucionais brasileiro, as dificuldades encontradas pelas instituições de ensino e pesquisa, enfocando alguns pontos importantes na evolução desses repositórios.

**Palavras-chaves:** Acesso livre. Comunicação científica. Informação científica. Via verde. Via dourada. Brasil. Acesso aberto.

## **Introdução**

O movimento Open Access - OA, também conhecido como movimento Acesso Livre, introduziu novas alternativas de acesso à informação científica aos pesquisadores radicados em qualquer parte do globo terrestre. Em consequência, novas ferramentas de disseminação da produção científica foram inseridas, como: i) os repositórios digitais e ii) as revistas científicas de acesso livre. Esse movimento teve seu início em 2001. Lembro que, no Seminário Nacional das Bibliotecas Universitárias (SNBU) de 2004, em Natal-RN, defendi, em uma de suas conferências, a necessidade de as bibliotecas universitárias brasileiras se inteirar dessas iniciativas, adotando-as. Passados mais de uma década, verifica-se, hoje, a existência de mais de 2600 repositórios digitais, em diversas partes do globo terrestre. O Brasil participou desde o início dessa experiência, monitorando e desenvolvendo essas iniciativas similares. Atualmente, o Brasil, conta com 83 repositórios digitais, e cerca de mil revistas científicas de acesso livre. A cada dois anos, realiza-se um evento dedicado a esse tema, fruto de parceria firmada entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Brasil, e o Ministério da Ciência e Tecnologia de Portugal, que se realiza, alternadamente, em Portugal e no Brasil. Diferentemente, de outros países, as bibliotecas universitárias brasileiras decidiram construir e implantar os seus repositórios institucionais, porém, adotando um procedimento diferenciado de depósito da produção científica das suas universidades. Fato que, certamente, justifica a baixa população desses repositórios, quando comparados a repositórios de outros países. Infelizmente, o país não conta com uma legislação tornando obrigatório às instituições de ensino e pesquisa construir os seus repositórios institucionais e, tampouco, existe uma legislação tornando obrigatório aos pesquisadores o depósito de sua produção científica nesses repositórios. Tal legislação não existe devido à morosidade do poder legislativo nacional, uma vez que tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal, foram submetidos projetos de leis tornando obrigatórios a criação dos repositórios digitais nas Instituições de Ensino Superior (IES) e o depósito da produção científica por parte dos pesquisadores dessas

universidades. Aliás, é importante ressaltar que o registro da produção científica nesses repositórios é uma ação vislumbrada, desde o século passado, pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e inclusive chegou a empreender algumas ações nesse sentido, porém, não obteve o devido sucesso e essas iniciativas foram encerradas. A partir das iniciativas preconizadas pelo OA, o IBICT vislumbrou a retomada do registro da produção científica brasileira, visto que as duas estratégias sugeridas pelo OA viabilizavam isto. Enfim, são questões apropriadas para se debater com as bibliotecas universitárias, hoje, as principais instituições envolvidas com os repositórios digitais brasileiros. A ideia básica é apresentar o nível de evolução das iniciativas propostas e discutir as razões que vêm impedindo as bibliotecas universitárias de construir e manter os seus repositórios institucionais, assim como, discutir a baixa adesão dos pesquisadores nesses empreendimentos.

### **1. Distribuição dos repositórios**

Há 12 anos, realizou-se uma mesa redonda para discutir os Arquivos Abertos ou Open Archives, no contexto do XIII Seminário Nacional das Bibliotecas Universitárias, realizado em Natal, teve como objetivo apresentar e discutir essa novidade, à época, que poderia ser adotada pelas bibliotecas universitárias brasileiras. Naquele momento, verificou-se o lançamento e o estabelecimento do principal protocolo de comunicação, o qual possibilitava a instalação dos repositórios digitais de acesso livre, iniciativa introduzida pela Open Archives Initiatives<sup>1</sup> que, proporcionou o surgimento dos repositórios digitais, local apropriado ao recebimento de depósitos da produção científica dos pesquisadores de uma ou mais organizações de ensino e pesquisa. Hoje, pode-se verificar, no diretório de repositórios de acesso livre, OPENDOAR<sup>2</sup> – *Directory of Open Access Repositories*, a crescente presença desses repositórios, em todo o mundo, conforme mostra o gráfico da Figura 1, onde a Europa aparece em primeiro lugar com 46% dos repositórios digitais existentes em todo o mundo e, a América do

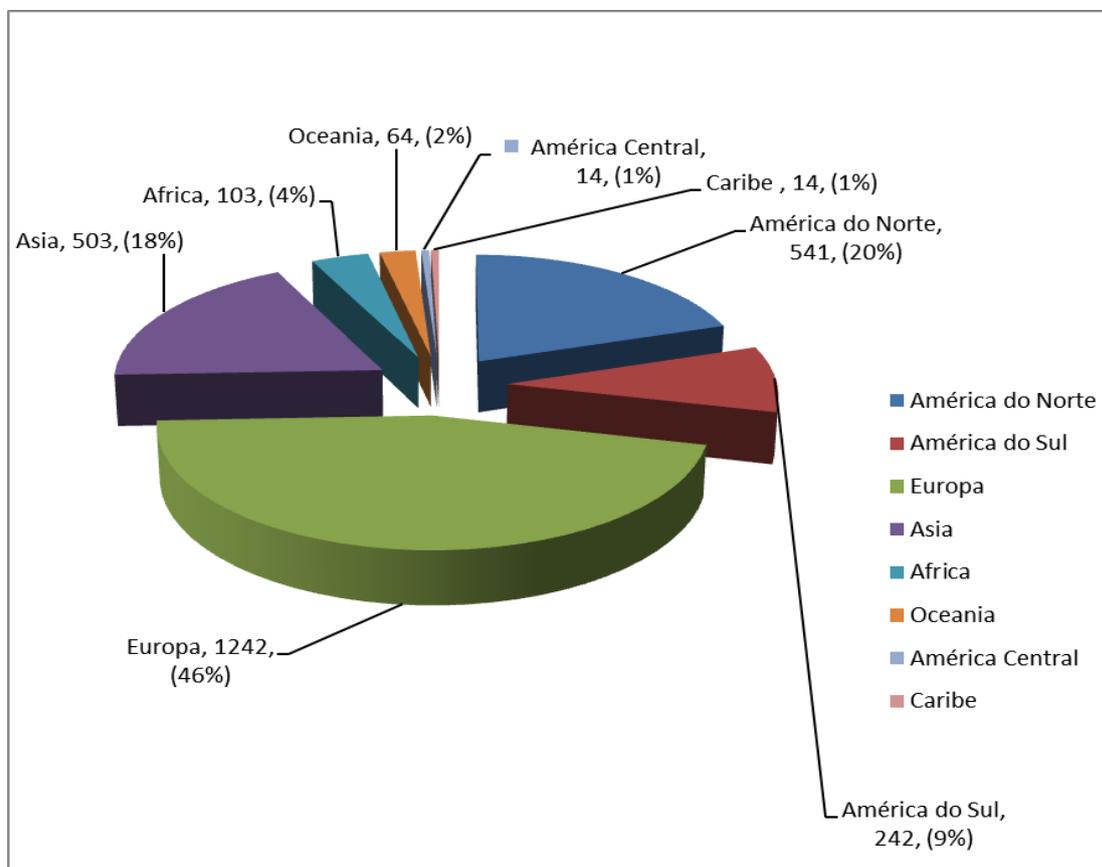
---

<sup>1</sup> Open Arcives Initiative é o nome do grupo que introduziu os padrões técnicos que viabilizaram o surgimento dos repositórios digitais, que podem ser acessado no endereço: disponível em: <<http://www.openarchives.org/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.opendoar.org/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

Norte em segundo lugar, com 20% desses repositórios digitais, cuja distribuição mundial é mostrada a seguir:

Figura 1 – Distribuição de Repositórios por Continente



Fonte: Dados extraídos do sítio OpenDoar: <<http://www.opendoar.org/>> em 18 out. 2014.

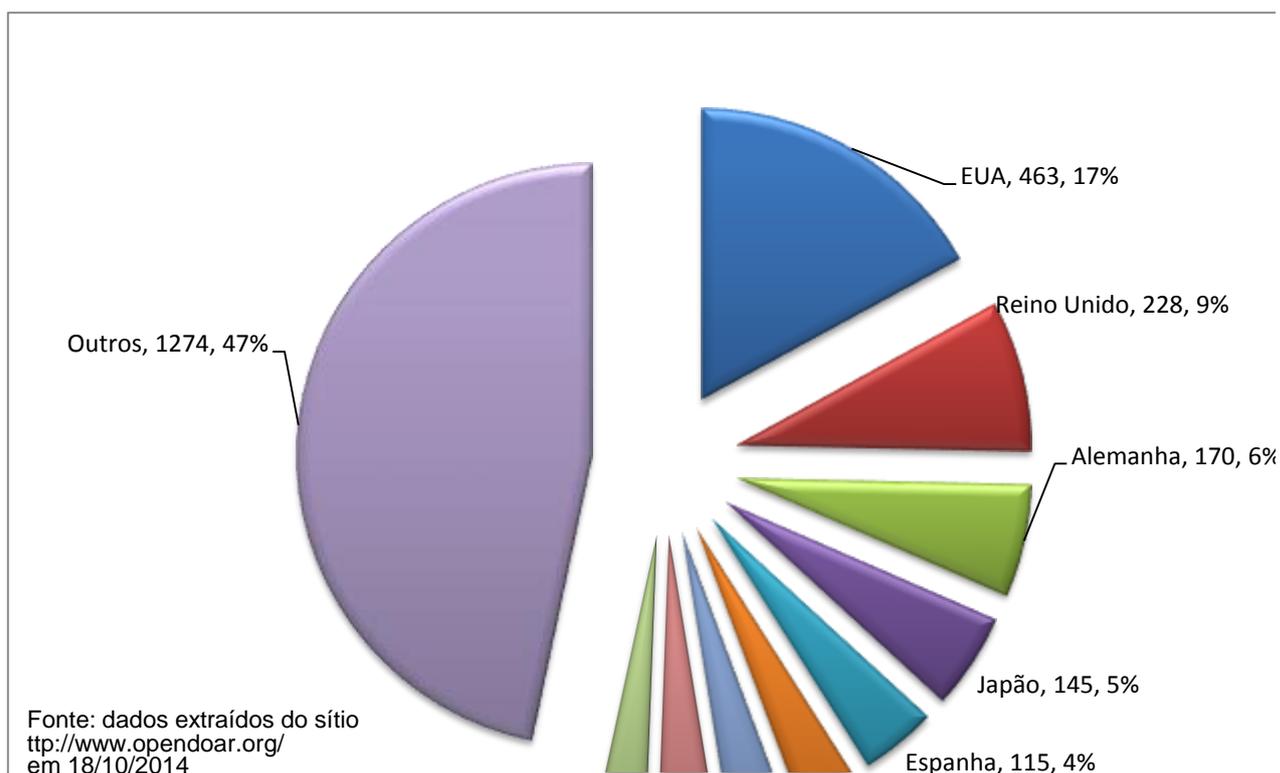
Os dados constantes no gráfico da Figura 1 foram extraídos no dia 18/10/2014, onde as porcentagens apresentadas referem-se ao total geral de 2.727 repositórios digitais existentes em todo o mundo, cuja distribuição é vista na referida figura. Ou seja, cerca de 12 anos após o lançamento do manifesto BOAI<sup>3</sup>, a quantidade de repositórios digitais alcançou um número relativamente expressivo, em resposta à iniciativa preconizada pela via Verde, uma das estratégias promovidas pelo BOAI, em resposta à comunidade científica mundial, à ação dos editores científicos comerciais, que inclusive estão localizados, maciçamente, em países como os EUA e, em países localizados na

<sup>3</sup> Budapest Open Access Initiative, manifesto constante no link:  
<<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>.

Comunidade européia. Na figura 2, pode-se ver a predominância dos locais onde esses repositórios estão instalados, especialmente, na América do Norte e na Comunidade européia. Coincidentemente, são regiões do globo terrestre onde se encontram os principais editores científicos comerciais.

Nesse gráfico da figura 2 é possível verificar que o Brasil aparece em 8º lugar, apesar de não ser um país que hospede esses editores comerciais. Ao contrário, o Brasil abriga editores científicos, que publicam revistas científicas de acesso livre e são aderentes à via Dourada, definida pelo BOAI como sendo a estratégia para difundir as revistas científicas de acesso livre. Como explicar a posição do Brasil em um ranking tão específico e que reúne, especialmente, os países mais desenvolvidos? É isso o que mostra a Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Distribuição de Repositórios por países



Apesar dos quantitativos apresentados, esta figura mostra, de forma mascarada, a realidade dos fatos, estes serão debatidos neste artigo. Além disto, se discutirá o estágio dos repositórios institucionais brasileiro, as dificuldades encontradas pelas instituições de ensino e pesquisa e, finalmente, serão apresentadas as considerações finais,

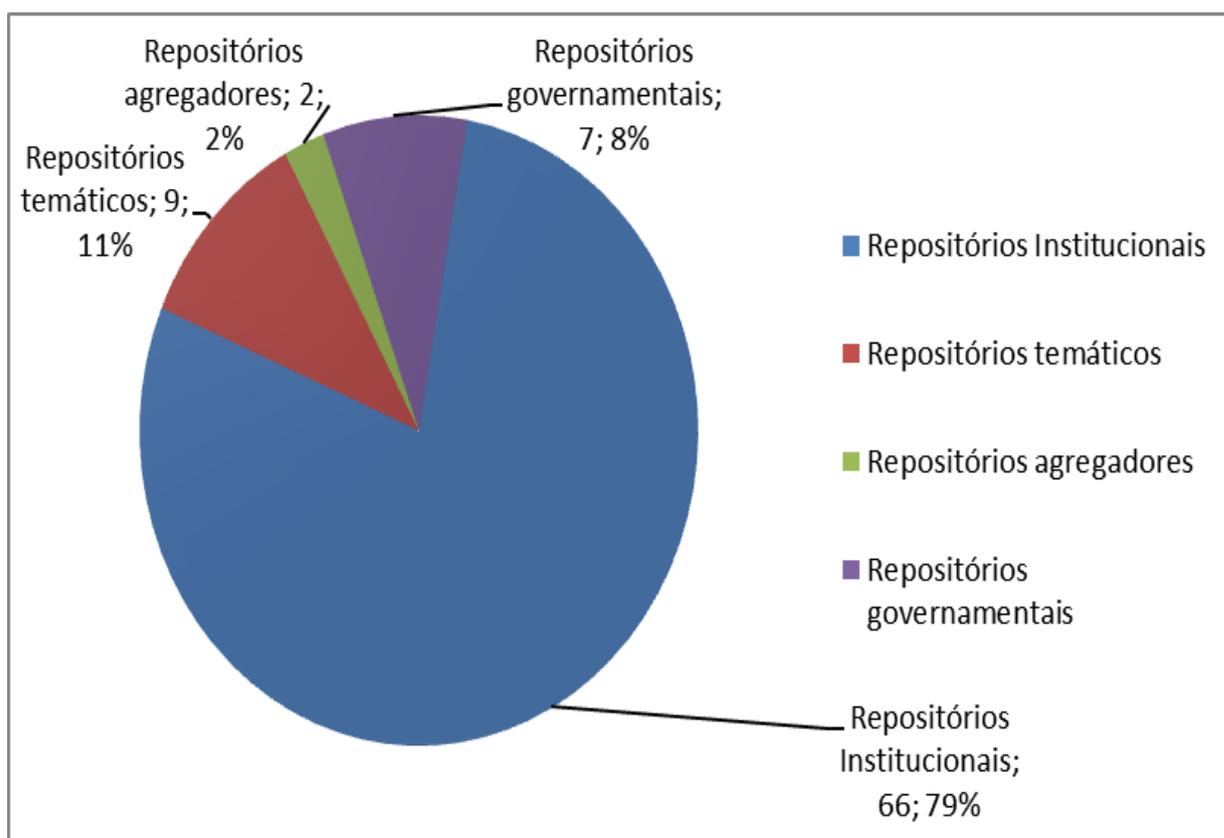
enfocando alguns pontos importantes na evolução dos repositórios institucionais brasileiros.

## **2. Metodologia e Conceitos estabelecidos no contexto do OA**

Como o sítio OpenDoar, conforme foi mostrado na seção precedente, disponibiliza um conjunto de dados e gráficos relacionando a posição dos países e continentes no contexto do movimento OA, este será utilizado para analisar e discutir a posição brasileira, sobre o OA, no contexto mundial. A partir deste material, serão avaliados os dados disponibilizados e estes servirão de base para a classificação do Brasil como oitavo país no ranking mundial de repositórios de acesso livre. Esta avaliação levará em conta o total de repositórios registrados no sítio OpenDoar, que é de 84 ao todo.

Outro ponto importante para essa avaliação, diz respeito aos conceitos que definem um repositório digital, ou um repositório institucional, ou um repositórios temático, ou um repositório central. Bem, antes de conceituar um repositório institucional, é importante começar por definir o termo precursor, o repositório digital: Os repositórios digitais emergiram no contexto da universidade e se relacionaram com a introdução do Acesso Livre (Open Access) à literatura científica.

Figura 3 – Distribuição de Repositórios por tipo



Fonte: Dados extraídos do sítio <<http://www.openoar.org/>> em 18 out. 2014.

A definição de repositórios institucionais é consequência dessa definição constante em (SPARC, 2002), onde os repositórios institucionais são coleções digitais, construídas para **capturar e preservar** os resultados de pesquisas científicas de uma simples universidade ou de múltiplas instituições que compõem uma comunidade de faculdades ou universidades, fornecendo uma resposta convincente a dois imperativos estratégicos da maioria das instituições acadêmicas. Esses repositórios:

- Fornecem um elemento importante na reforma do sistema de trabalhos acadêmicos, comunicando e expandindo o acesso à pesquisa, além de reafirmar o controle sobre as pesquisas pela academia, proporcionando maior relevância agregada às instituições e bibliotecas que os apoiam;
- E têm o potencial de servir como indicadores tangíveis da qualidade de uma instituição, demonstrando a relevância científica, social e econômica de suas

atividades de pesquisa, aumentando assim a visibilidade da instituição, o seu status e seu valor público.

No gráfico da figura 3, verifica-se que 11% são repositórios temáticos, que se referem aos repositórios instalados em organizações, os quais se dedicam ao armazenamento e disseminação dos resultados de pesquisa em alguma área do conhecimento, como por exemplo, a Biblioteca Virtual da Saúde<sup>4</sup>, do Ministério da Saúde, repositório temático na área da saúde. Da mesma forma, os repositórios institucionais referem-se aos repositórios digitais que reúnem a produção científica de uma ou mais instituições de ensino e pesquisa, como por exemplo, o repositório institucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (**PUC-RIO**), Maxwell<sup>5</sup>. O projeto Maxwell desenvolveu o repositório Maxwell, que armazena a produção científica daquela universidade. Outro repositório institucional digno de nota é o repositório LUME<sup>6</sup> da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), este é hoje classificado em 28º Lugar no Ranking Web of Repositories, portanto, entre todos os repositórios mundiais de universidades. Os repositórios agregadores são aqueles que contêm registros de diversos outros repositórios institucionais, exemplos deste tipo é o repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT que faz a coleta de registros de outras bibliotecas digitais de teses e dissertações de diversas universidades cooperantes com a BDTD<sup>7</sup> do Ibiict; e, igualmente, o SciELO<sup>8</sup> é um outro repositório agregador brasileiro, pois, adiciona os registros de diversas revistas científicas mantidas pelo SciELO.

A seguir, serão analisados outros dados e gráficos fornecidos pelo sítio Opendoar.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://bvsm.sau.de.gov.br/php/index.php>>. Acesso em: 20 out. 2014, porém ao acessar tal endereço, a página indicava ser inexistente, apesar de apresentar a logo da BVS.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/index.php>>. Acesso em: 20 out. 2014.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/?locale=en>>. Acesso em: 20 out. 2014.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://bdt.d.ibict.br/>>. Acesso em: 21 out. 2014.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 21 out. 2014.

## **2.1 Avaliação da participação dos RI brasileiros no OpenDOAR**

Ao se avaliar os RI brasileiros inscritos no sítio OpenDOAR, verificou-se algumas incoerências causadas, talvez, pela falta de informação capaz de conscientizar aqueles que ali registraram os seus repositórios, quanto aos conceitos utilizados por aquele sítio.

Um exemplo desse desconhecimento é o fato de diversas instituições terem registrado os seus RI, sem na realidade atuar na área acadêmica, ou seja, nenhuma dessas organizações tem qualquer atuação ou vínculo com as instituições de ensino e pesquisa. Para efeito de preservação da integridade destas instituições, não será mencionado o nome delas. Assim, a relação das instituições consideradas encontra-se no anexo A deste artigo. De um total de 84 repositórios institucionais registrado no sítio OpenDOAR, restaram apenas 55 repositórios que, foram considerados como institucionais, em conformidade com os conceitos apresentados na seção 2 deste artigo.

Após a exclusão de repositórios de instituições não acadêmicas, restaram ainda 55 repositórios institucionais (RI) que, aparentemente, mantém os seus repositórios atualizados pelas suas instituições. Na realidade, desses 55 repositórios, verificou-se que 20 deles possuem uma quantidade de registros inferior a 500 documentos registrados. Por questões éticas e de respeito às instituições não serão informados os nomes destas instituições. É preferível considerá-las não possuidoras de repositórios institucionais. Mas, qual a razão para essa deformidade?

O fato do repositório institucional não manter-se atualizado é o primeiro motivo desta anormalidade, o que indica a inexistência de gestão. Portanto, não é um fato normal. É sabido que existem diversas razões para o não funcionamento adequado de um repositório institucional, no Brasil. A primeira e principal razão é que nem todas as instituições de ensino e pesquisa conseguiram ter a sua política institucional de informação aprovada, de maneira a convocar os seus pesquisadores e demais funcionários a fazerem os depósitos de sua produção científica. Isso acontece por razões que muitas vezes extrapolam o contexto institucional, visto que, nas universidades federais, são os advogados da união que atuam na área jurídica, e estes estão submetidos à uma outra hierarquia que não é a da universidade mas, ao Palácio do Planalto.

Uma segunda razão que dificulta essa manutenção adequada dos repositórios institucionais, esta de cunho mais operacional, é que nem sempre são as universidades, ou melhor, uma de suas bibliotecas, a qual, costumeiramente, administra os repositórios institucionais, pois, estes estão entregues aos setores de informática, ou aos famosos Centros de Processamentos de Dados que, historicamente, tem o domínio de todas as tarefas relativas à automação dentro dessas instituições e, obviamente, nesses centros, a prioridade obedece a critérios específicos desses setores e que, nem sempre são os repositórios. A manutenção dos repositórios é relegada à prioridade menos favorecida.

Uma terceira razão para o não funcionamento adequado dos repositórios institucionais está relacionado ao processo de depósito da produção científica dos pesquisadores, que nem sempre é realizado pelo próprio pesquisador, na maioria das vezes esse depósito fica à cargo das bibliotecas e, por isto dependem de uma autorização do pesquisador. Esta não é a situação mais adequada, pois, em conformidade com o BOAI, seriam os pesquisadores os principais responsáveis por fazer este depósito, daí, o uso do termo auto-depósito. Mas, no Brasil, raramente os pesquisadores são encarregados dessa tarefa e, eles mesmos, muitas vezes rejeitam essa tarefa em função de outras mais urgentes.

A quarta razão, poderia se dizer que não há qualquer mecanismo de estímulo ao pesquisador para que ele faça o auto-depósito, pelo menos não se conhece nenhum estímulo aos pesquisadores para se fazer o auto-depósito. Até o momento, não se viu aqui no Brasil, qualquer relato de algum mecanismo. Em outros países como Portugal e Bélgica, sabe-se que a Universidade do Minho e a Université de Liège implementaram mecanismos de estímulo ao auto-depósito, pelo menos no início da implantação dos seus respectivos repositórios institucionais.

Caberia assim, aos gestores dos RI brasileiros buscar alguma forma de estimular os seus pesquisadores a fazer o auto-depósito. É bem verdade que, o simples fato de fazê-lo já contribui para aumentar a visibilidade do referido pesquisador, visto que ele poderá receber mais citações aos seus trabalhos depositados nos RI e, portanto, aumentar a sua visibilidade pessoal e institucional no meio acadêmico. Voltando à questão do prêmio pelo auto-depósito, este poderia ser algo como a oferta de algum auxílio ou gratificação, seja em moeda corrente ou mesmo em termos de facilidades administrativas ou

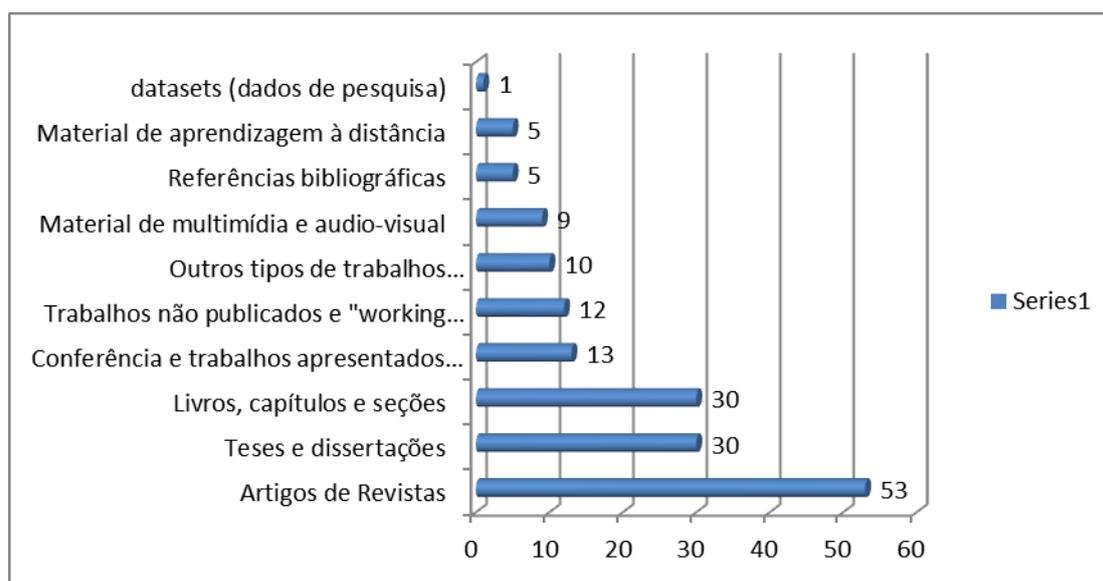
acadêmicas, como, por exemplo, a designação de bolsitas, por um período bem estabelecido, para atuar na equipe do pesquisador que fizer maior número de depósitos.

Enfim, o sucesso na implantação de repositórios institucionais, no Brasil, carece do estabelecimento de políticas próprias mais criativas, com o propósito de encorajar os pesquisadores dessas instituições de ensino e pesquisa à fazer o auto-depósito.

À rigor, conforme discussão prévia verifica-se que a quantidade de repositórios institucionais em funcionamento, no Brasil, é muito menor do que aquela quantidade apontada como existente pelo sítio OpenDOAR.org, conforme se pôde ver no anexo A.

Avaliando os tipos de documentos coletados nestes repositórios, foi obtido o gráfico 1, que mostra a diversidade de documentos presentes em 53 repositórios institucionais, em conformidade com os dados do sítio OpenDoar.org.

Gráfico 1 –Tipos de documentos registrados nos Repositórios Digitais



Fonte: Dados extraídos do sítio <<http://www.opendoar.org/>> em 18 out. 2014.

De uma forma geral, os repositórios digitais, especialmente, aqueles denominados de RI, os quais são utilizados pelas instituições para armazenar a produção científica da instituição e verificou-se, anteriormente, que nem sempre esses repositórios são utilizados para armazenar apenas os documentos publicados pelos pesquisadores, mas existem repositórios específicos onde o mesmo é utilizado para registrar o acervo da

biblioteca. Existem aqueles utilizados para registrar a produção musical de um determinado compositor e, outros que são utilizados para armazenar materiais de ensino à distância, conforme pode ser visto no gráfico da figura 4. O fato é que nem todos os repositórios são utilizados apenas para se registrar a produção científica da instituição, conforme definido inicialmente pelo BOAI.

Talvez, o fato de os repositórios utilizarem pacotes de software livre para a sua gestão, seja uma justificativa para esse desvio de utilização. Sabe-se, hoje, que existem diversos pacotes de software apropriados a esse registro, inclusive, software livre como o Koha<sup>9</sup>. Nesta questão, apenas se comprova o desconhecimento dessa e de outras ferramentas disponíveis, como software livre, atualmente.

## **2. Avaliação da via Dourada no Brasil**

A via Dourada refere-se às publicações científicas de acesso livre. É sabido que mesmo antes do estabelecimento desta estratégia pelo movimento do Acesso Livre à Informação Científica, no Brasil, já era uma prática, as revistas científicas brasileiras eram cedidas, ao invés de comercializada como fora do País. Poucas revistas científicas brasileiras conseguiam sobreviver apenas com a renda obtida do processo de assinatura das mesmas. Outro fato interessante, nessa questão, é que muitas revistas eram comercializadas por um custo muito baixo e não se conseguia manter essas revistas apenas com os recursos provenientes dessas assinaturas. Tanto isso era verdade que as fundações de fomento como o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Pesquisa (FINEP) mantinham programas de financiamento que beneficiavam revistas científicas com o repasses de recursos governamentais.

Com o surgimento do SciELO e do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), que forneceram, cada um a seu modo, com modelos próprios, pacotes de software para a construção de revistas científicas.

---

<sup>9</sup> KOHA. Software livre para automação de bibliotecas. Disponível em: <<http://www.koha.org/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

O SciELO teve o seu início nos anos 90 do século passado, enquanto que o SEER foi internalizado e customizado em meados do ano de 2003 pelo IBICT e, posteriormente, em 2004 começou a ser distribuído gratuitamente, inclusive, com cursos de treinamento para editores e técnicos de informática. Graças a estas duas iniciativas, o Brasil chegou a ocupar o segundo lugar, no mundo, em 2013, em termos da quantidade de revistas científicas eletrônicas de acesso livre produzidas no País, conforme mostra a tabela 1 contendo o quadro com distribuição dos 10 países que mais produzem periódicos científicos de acesso livre:

Tabela 1 – Distribuição de países e sua produção de periódicos científicos por ano

#	Country	Anos					2013
		2008	2009	2010	2011	2012	
1	United States	606	680	816	1025	1115	1260
2	Brazil	337	379	510	638	779	921
3	India	96	143	269	358	452	649
4	United Kingdom	284	339	454	498	563	623
5	Spain	214	241	315	386	435	507
6	Egypt	61	127	158	284	350	405
7	Germany	154	177	213	241	258	345
8	Romania	28	64	142	212	245	301
9	Italy	65	92	136	184	221	283
10	Canada	95	124	169	212	246	277

Fonte: Dados extraídos do sítio OpenDoar: <<http://www.opendoar.org/>> em 18 out. 2014.

A tabela 1 mostra que o Brasil vem acompanhando, em segundo lugar, os EUA na publicação de revistas científicas de acesso livre, desde o ano de 2008, ano em que a diferença de revistas produzidas nos dois países era de 269 e, teve uma média de crescimento constante, até 2013 quando a diferença atingiu a marca de 387 revistas. De todos os países produtores de revistas científicas de acesso livre, a Índia e o Reino Unido foram os países que mais se aproximaram do Brasil.

#### 4. Considerações finais

Apesar de neste artigo, terem sido apontados diversos pontos negativos dos repositórios institucionais brasileiros, deve-se observar que existem também as boas iniciativas,

digno de nota, especialmente, o repositório LUME da UFRGS que, ficou classificado em 28 lugar no World Web Ranking of Repositories, assim como, o repositórios institucional da UFBA, que se posicionou em 132º lugar e o repositório institucional da UFSC que se colocou em 177º lugar e o repositório Maxwell da Puc-RJ que foi classificado em 199º lugar. Evidentemente, que outros como a biblioteca digital de teses e dissertações da USP ficou classificado em 12º lugar e a biblioteca digital de teses e dissertações da UFPr em 128º Lugar. Curiosamente, a BDTD do IBICT que é também uma biblioteca digital de teses e dissertações que, inclusive contém uma quantidade de registros muito maior do que aquelas da USP e da UFPr, não foi sequer classificada no referido *ranking*, enquanto o repositório institucional do IBICT ficou em 1.520º lugar, talvez, pela baixa quantidade de registros em comparação com o restante dos repositórios ali registrados, o que demonstra uma baixa produção científica do Instituto.

Assim, as constatações identificadas neste artigo servem de alerta aos administradores dos repositórios brasileiros, seja para melhorar o processo de alimentação, seja para ampliar a produção de registros de documentos nesses repositórios. Essas constatações certamente induzem à tomada de decisão para a melhoria dos repositórios brasileiros de uma forma geral, tanto no que diz respeito ao processo de alimentação, quanto no que diz respeito à qualidade dos repositórios institucionais brasileiros. O processo de alimentação refere-se à todo o processo, desde de quem alimenta às questões burocráticas, pois, os advogados da união deverão ser conscientizados quanto ao excesso de zelo no processo de autorização dos depósitos. É preciso reconhecer que as leis relativas ao direito autoral carecem de atualização para os momentos vividos hoje. A mudança no processo, transferindo o agente depositário, atualmente, nas bibliotecas, para o contexto dos pesquisadores, certamente, propiciará uma melhora sensível no crescimento vegetativo dos repositórios institucionais brasileiros. Outro detalhe a ser corrigido, urgentemente, é quanto à integração das bibliotecas digitais de teses e dissertações com os repositórios institucionais. Nessa questão o IBICT terá que agir rapidamente de forma a não atrapalhar as universidades, pois, essa não integração vem prejudicando sobremaneira a classificação das universidades brasileiras e, isto é um fato que vem ocorrendo nos últimos 3 (três) anos. Certamente, o IBICT como um dos poucos órgãos responsáveis por promover o registro e a disseminação da informação científica, no Brasil, tem a sua carteira de projetos prioritários, entretanto, caso o

Instituto não tome uma atitude urgente na questão da integração das Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações e os RI das instituições de ensino e pesquisa, as próprias bibliotecas universitárias terão que agir para não serem prejudicadas em um ranking criado para dar visibilidade às instituições que prestigiam o Acesso Livre à Informação Científica. A falta de uma atuação mais forte por parte do IBICT, certamente, afetará as bibliotecas universitárias e consecutivamente, os repositórios institucionais brasileiros. Trata-se de uma questão política e não de uma questão técnica, portanto, de uma decisão do governo brasileiro.

Outro avanço considerável obtido pelo Brasil e apresentado neste artigo diz respeito ao desenvolvimento de publicações científicas de acesso livre. Este fato foi realizado graças à implantação do consórcio SciELO e à internalização e distribuição do software Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas Científicas – SEER, por parte, respectivamente, da Bireme, enquanto hospedeira da Organização Panamericana da Saúde e pelo IBICT. Graças a estas duas ações, verificava-se até meados do ano de 2013 que o Brasil ocupava o segundo lugar em termos dos países que desenvolviam ações para a geração de publicações científicas periódicas, tendo os EUA como o primeiro país produtor dessas publicações. Enfim, o Brasil pode ser considerado um dos poucos representantes dos países em desenvolvimento no contexto do movimento do Acesso Livre à Informação Científica, tendo forte presença, tanto na implementação da via Verde, quanto da via Dourada.

## **Scientific information and its free access: which direction Brazil is adopting?**

### **Abstract**

The Open Access movement – OA, also known as Free Access Movement, introduced new access alternatives to scientific information for researchers. In consequence, new dissemination tools for scientific production were inserted, like digital repositories and free access scientific magazines. That movement had its beginning in 2001. After more than one decade has passed, today, the existence of more than 2600 digital repositories can be verified in several parts of the world. Brazil has participated in that experience

since the beginning, by monitoring and developing similar initiatives. Currently, the country has 83 digital repositories, and around thousand free access scientific magazines. In this paper the Brazilian position on OA is analyzed and discussed, in a worldwide context, based on concepts that define a digital repository, an institutional repository, a thematic repository, and a central repository. It also evaluates Brazilian Institutional Repositories (IR) participation in the Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR), illustrating the document types registered in digital repositories. It presents OA and Brazilian Institute of Information in Science and Technology (IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) initiatives, as well as their level of evolution. It debates the reasons that jeopardize university libraries from building and maintaining their institutional repositories, as well as, the low researchers' adoption in those initiatives. It discuss the Brazilian institutional repository stage, the difficulties found by teaching and research institutions, focusing some important points to those repositories evolution.

**Keywords:** Free Access. Scientific Communication. Scientific Information. Green Way. Golden Way. Brazil. Open Access.

## Referências

- BOAI. Budapest Open Archive Initiative. Disponível em:  
<<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>. Acesso em: 21 out. 2014.
- KOHA. Software livre para automação de bibliotecas. Disponível em:  
<<http://www.koha.org/>>. Acesso em: 21 abr. 2014.
- KURAMOTO, H. Acesso Livre: uma solução adotada em todo o globo; porém, no Brasil parece existir uma indefinição. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Brasil, 8, jun. 2014. Disponível em:  
<<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/935>>. Acesso em: 21 out. 2014.
- THE SCHOLARLY PUBLISHING & ACADEMIC RESOURCES COALITION.  
*RELEASE 1.0: Institutional Repository Checklist & Resource Guide*. Washington, Dc 20036: Sparc, 2002. 51 p. Disponível em:  
<[http://www.sparc.arl.org/sites/default/files/IR\\_Guide\\_&\\_Checklist\\_v1.pdf](http://www.sparc.arl.org/sites/default/files/IR_Guide_&_Checklist_v1.pdf)>. Acesso em: 21 out. 2014.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

KURAMOTO, Hélio. A informação científica e o seu Acesso Livre: que direção o Brasil está adotando?. *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*, Belo Horizonte, v. 2, número especial, p. 6-28, fev. 2015.

Recebido em: 22. 11. 2014

Aceito em: 17.12. 2014

#### A N E X O

Relação de Instituições e seus respectivos Repositórios Institucionais

N. ORDEM	Nome da Instituição de Ensino Superior e de Pesquisa	Num. Reg.	Data de atualização
1	<b>Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas</b> <a href="#">1. CBPF Index</a> <a href="http://cbpfindex.cbpf.br/">http://cbpfindex.cbpf.br/</a>	9029	21/10/2014
2	<b>Centro Universitário de Brasília</b> <a href="#">1. Repositório Institucional do UniCEUB</a> <a href="http://repositorio.uniceub.br/">http://repositorio.uniceub.br/</a>	5241	16/10/2014
3	<b>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Brazilian Agricultural Research Corporation) (Embrapa)</b> <a href="http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/">http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/</a> <a href="http://www.alice.cnptia.embrapa.br/">http://www.alice.cnptia.embrapa.br/</a>	29084 53357	16/10/2014 16/10/2014
4	<b>Escola de Governo do Paraná</b> - <a href="http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/">http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/</a> <a href="#">1. SabeRES (Repositório Saberes em Gestão Pública)</a> <a href="http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=557">http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=557</a>	1892	16/10/2014
5	<b>Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)</b> <a href="#">1. Repositório Institucional da ENAP</a> <a href="http://repositorio.enap.gov.br/">http://repositorio.enap.gov.br/</a>	1134	16/10/2014
6	<b>FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz)</b> <a href="#">2. ARCA (Institutional Repository of Fiocruz)</a> <a href="http://www.arca.fiocruz.br/">http://www.arca.fiocruz.br/</a> <a href="#">3. Repositório Institucional de Produção Científica da ENSP</a> <a href="http://www.ensp.fiocruz.br/repositorio">http://www.ensp.fiocruz.br/repositorio</a>	6062 14599	16/10/2014 16/10/2014

- |    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |       |            |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|------------|
| 7  | <b>Instituto Brasiliense de Direito Público</b><br><a href="#">1. Biblioteca Digital do IDP</a><br><a href="http://www.idp.edu.br/dspace">http://www.idp.edu.br/dspace</a>                                                                                                                                                   | 1197  | 02/12/2012 |
| 8  | <b>Instituto de Psicologia - USP e Conselho Federal de Psicologia</b><br><a href="#">1. PePSIC - Electronic Psychology Journals (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC))</a><br><a href="http://portal.pepsic.bvsalud.org/php/index.php?lang=pt">http://portal.pepsic.bvsalud.org/php/index.php?lang=pt</a> | 53332 | 16/10/2014 |
| 9  | <b>Intercom (Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação)</b><br><a href="#">1. REPOSCOM (Repositórios Institucionais em Ciências da Comunicação)</a><br><a href="http://reposcom.portcom.intercom.org.br/">http://reposcom.portcom.intercom.org.br/</a>                                    | 10138 | 01/10/2012 |
| 10 | <b>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)</b><br><a href="#">1. Projeto Maxwell (MAXWELL)</a><br><a href="http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/">http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/</a>                                                                                                                 | 16520 | 16/10/2014 |
| 11 | <b>Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul</b><br><a href="#">1. Repositório Institucional da PUCRS</a><br><a href="http://repositorio.pucrs.br/dspace/">http://repositorio.pucrs.br/dspace/</a>                                                                                                                 | 6135  | 16/10/2014 |
| 12 | <b>RABCI (Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação)</b><br><a href="#">1. Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RABCI)</a><br><a href="http://rabci.org/rabci/">http://rabci.org/rabci/</a>                                                                              |       |            |
| 13 | <b>Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</b><br><a href="#">1. BDBComp (Biblioteca Digital Brasileira de Computação)</a>                                                                                                                                                                                               |       |            |

14	<a href="http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/">http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/</a> <b>Universidade Aberta do SUS - UNA-SUS</b> 1. <a href="https://ares.unasus.gov.br/acervo/">ARES - ACERVO DE RECURSOS EDUCACIONAIS EM SAÚDE</a>	15841	16/10/2014
15	<a href="https://ares.unasus.gov.br/acervo/">https://ares.unasus.gov.br/acervo/</a> <b>Universidade de Brasília (UnB)</b> 1. <a href="http://bdm.unb.br/">Biblioteca Digital de Monografias (BDM)</a>	13651	16/10/2014
	<a href="http://bdm.unb.br/">http://bdm.unb.br/</a> 2. <a href="http://repositorio.unb.br/">Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUnB)</a>	8382	16/10/2014
16	<a href="http://repositorio.unb.br/">http://repositorio.unb.br/</a> <b>Universidade de São Paulo (USP)</b> 1. <a href="http://producao.usp.br/">Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo (BDPI/USP)</a>	15023	16/10/2014
	<a href="http://producao.usp.br/">http://producao.usp.br/</a> 2. <a href="http://www.teses.usp.br/">Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (Digital Library USP)</a>	40582	16/10/2014
17	<a href="http://www.teses.usp.br/">http://www.teses.usp.br/</a> <b>Universidade do Estado do Rio de Janeiro</b> 1. <a href="http://www.bdttd.uerj.br/">Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Eletrônicas da UERJ</a>	45587	15/10/2014
18	<a href="http://www.bdttd.uerj.br/">http://www.bdttd.uerj.br/</a> <b>UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)</b> 1. <a href="http://libdigi.unicamp.br/">Biblioteca Digital da UNICAMP</a>	4872	16/10/2014
19	<a href="http://libdigi.unicamp.br/">http://libdigi.unicamp.br/</a> <b>Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)</b> 1. <a href="http://ri.uepg.br:8080/riuepg">Repositório UEPG</a>	42160	16/10/2014
	<a href="http://ri.uepg.br:8080/riuepg">http://ri.uepg.br:8080/riuepg</a>	536	16/10/2014

20	<b>Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)</b> <a href="http://base.repositorio.unesp.br/">2. Repositório Institucional UNESP http://base.repositorio.unesp.br/</a>	71929	16/10/2014
21	<b>Universidade Federal da Bahia (UFBA)</b> <a href="https://repositorio.ufba.br/ri/">1. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia(RI/UFBA) https://repositorio.ufba.br/ri/</a>	14626	16/10/2014
22	<b>Universidade Federal da Paraíba (UFPB)</b> <a href="http://www.biblioteca.ufpb.br/btdt">1. Repositório de Teses e Dissertações da UFPB http://www.biblioteca.ufpb.br/btdt</a> <a href="http://rei.biblioteca.ufpb.br:8080/jspui/">2. Repositório Eletrônico Institucional (REI) http://rei.biblioteca.ufpb.br:8080/jspui/</a>	2546 2969	26/07/2012 06/02/2014
23	<b>Universidade Federal de Goiás</b> <a href="http://repositorio.bc.ufg.br/">1. Repositório Institucional da Universidade Federal de Goiás http://repositorio.bc.ufg.br/</a>	699	16/10/2014
24	<b>Universidade Federal de Lavras (UFLA)</b> <a href="http://repositorio.ufla.br/">1. RIUFLA (Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras) http://repositorio.ufla.br/</a>	4140	16/10/2014
25	<b>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</b> <a href="http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/">1. Repositório Institucional UFMS (RIUFS) http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/</a>	1815	16/10/2014
26	<b>Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)</b> <a href="http://repositorio.ufsc.br/">1. Repositório Institucional da UFSC http://repositorio.ufsc.br/</a>	48462	15/07/2014

	<a href="#">2. Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina</a>		
27	<b>Universidade Federal de Sergipe</b>		
	<a href="#">1. Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe</a>		
	<a href="https://ri.ufs.br/">https://ri.ufs.br/</a>	864	16/10/2014
28	<b>Universidade Federal de Uberlândia</b>		
	<a href="#">1. Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia (RI UFU)</a>		
	<a href="http://repositorio.ufu.br/">http://repositorio.ufu.br/</a>	4134	16/10/2014
29	<b>Universidade Federal do Ceará</b>		
	<a href="#">1. Repositorio Institucional da Universidade Federal do Ceará</a>		
	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/">http://www.repositorio.ufc.br/</a>	8611	16/10/2014
30	<b>Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)</b>		
31	<b>Universidade Federal Do Parana (UFPR)</b>		
	<a href="#">1. DSpace at UFPR</a>		
	<a href="http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/">http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/</a>	16203	15/10/2014
32	<b>Universidade Federal do Pará</b>		
	<a href="#">1. Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará (RIUFPA)</a>		
	<a href="http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/">http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/</a>	16203	15/10/2014
33	<b>Universidade Federal do Rio Grande (FURG)</b>		
	<a href="#">1. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande</a>		
	<a href="http://repositorio.furg.br/">http://repositorio.furg.br/</a>	3828	16/10/2014
34	<b>Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)</b>		

	<a href="http://bdttd.bczm.ufrn.br/tedesimplificado/">1. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações</a>		
	<a href="http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/">2. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte</a>		
35	<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)</b>	5530	16/10/2014
	<a href="http://www.lume.ufrgs.br/">1. Lume - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul</a>		
	<a href="http://www.lume.ufrgs.br/">http://www.lume.ufrgs.br/</a>	101986	16/10/2014
36	<b>UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri)</b>		
37	<b>Universidade Nove de Julho - UNINOVE</b>		
	<a href="https://repositorio.uninove.br/xmlui/">1. Repositorio Digital</a>		
	<a href="https://repositorio.uninove.br/xmlui/">https://repositorio.uninove.br/xmlui/</a>	566	16/10/2014
38	<b>Universidade Tecnológica Federal do Paraná</b>		
	<a href="http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/">2. Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (RIUT)</a>		
	<a href="http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/">http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/</a>	855	16/10/2014